

PLANEJAMENTO PÚBLICO DO TURISMO: ANÁLISES SOBRE A PRIMEIRA ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA NO CONTEXTO DA CRIATIVIDADE EM UMA CIDADE SEM TRADIÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO SETOR¹

PUBLIC TOURISM PLANNING: ANALYSIS ON THE FIRST TOURISTIC ROUTING IN THE CREATIVITY ONTEXT IN A CITY WITH NO TRADITION IN THE ORGANIZATION OF THE SECTOR

Brendow de Oliveira Fraga²

Camila Lujambio Alves³

Magnus Luiz Emmendoerfer⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os elementos considerados relevantes pelo governo municipal no processo de planejamento público de um roteiro turístico no contexto da criatividade de uma cidade sem tradição na organização do setor. Para tanto, foram realizadas pesquisas documentais, entrevista no departamento de turismo da cidade em estudo e observações de campo nos atrativos do roteiro turístico. Como principal resultado observou-se no município estudado, a gestão pública do turismo tem se empenhado em integrar os pontos desenvolvimento da atividade turística, sobretudo por meio da reunião de organizações que possuem produtos (potencialmente) criativos, apesar da roteirização apresentar problemas de implementação. Conclui-se que por meio da roteirização e da gestão que vem sendo empregada no município em análise, a realidade social tem sido transformada, e a gestão pública do turismo tem buscado sistematizar suas práticas no setor, mas ainda de forma pouco profissionalizada.

Palavras-chave: Economia Criativa. Políticas Públicas de Turismo. Roteirização. Destino Turístico. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the factors considered relevant by the municipal government in the process public planning of a touristic routing with the creativity of a city without tradition in the sector's organization. Thus, it was used a documental research, interview in the department of tourism and field observations. The main result was observed in the city studied, the public management of tourism has been engaged in integrating developing points of tourism, especially by bringing together organizations that have products (potentially) creatives, despite the present routing implementation problems. For the end, it follows that by routing and management that has been used in the municipality in analysis, the social reality has been

¹ Este trabalho foi apresentado em forma de resumo expandido na conferência internacional INVTUR 2014, na Universidade de Aveiro, Portugal, e publicado desta forma na Revista Turismo & Desenvolvimento, v. 5, n. 21/22, p. 197-198, 2014. Para fins desta publicação, este trabalho completo foi revisto, adaptado e ampliado.

² Graduando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bolsista do Programa de Educação Tutorial em Administração da UFV. Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTEC/CNPq). E-mail: brendowfraga@gmail.com.

³ Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTEC/CNPq). E-mail: camilujambio@gmail.com.

⁴ Pós-doutorando em Ciências da Administração (Concentração em Administração Pública) na Universidade do Minho, Portugal. Professor e Pesquisador no Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Líder do GDTEC/CNPq. E-mail: magnus@ufv.br.

transformed, and public management of tourism has sought to systematize their practices in the sector, but still little professionalized form.

Keywords: Public Governmental Planning. Public Policy Guide. Routing. Tourist Destinations. Local Development.

1 INTRODUÇÃO

Evidente em todas as localidades do território nacional, a atividade turística reflete o potencial brasileiro no setor, em que cada região contribui de maneira intrínseca para conformação de um território com paisagens, serviços de hotelaria, centros histórico-culturais e demais elementos efetivos para um desempenho adequado do turismo. Sendo, pois, o território brasileiro, roteiro de turistas de todo o mundo, os resultados alcançados pelo turismo demonstram a importância desta atividade para a economia nacional como elemento gerador de renda, capaz de dinamizar os setores de comércio e serviços.

Além disso, a atividade turística pode exercer ainda, função de disseminação da cultura brasileira a fim de proporcionar experiências para visitantes nacionais e internacionais (MORGAN; ELBE; CURIEL, 2009; PANOSSO NETTO; GAETA, 2010). Isso possibilita aos mesmos legitimarem a cultura local, fortalecer a atividade econômica regional por meio de experiências e aprendizagens significativas associadas ao turismo, que permite concebê-lo como algo envolvido de criatividade (EMMENDOERFER; ASHTON, 2014). Dessa forma, o turismo criativo (RICHARDS, 2011) é uma atividade que valoriza o local, que está intimamente relacionada a valores humanos, culturais e comerciais, que depende para sua efetiva realização da compreensão adequada por parte do ofertante a respeito da expectativa desse tipo de turista. Esse “novo” turista deseja ter experiências e aprendizagens, originárias de coproduções culturais com este ofertante, em que a criatividade emerge e é sentida nesse processo de produção conjunta e de interação. E isso se torna o diferencial dessa forma de turismo no século XXI.

Deste modo, considerando-se os elementos relacionados anteriormente à atividade turística, observa-se a necessidade de intervenção e planejamento do setor público no desenvolvimento do turismo, dado que esse fornece resultados econômicos e divisas tanto para as organizações privadas do setor, quanto para a administração pública em seus entes governamentais, da esfera municipal, estadual e federal.

Em nível nacional, o Ministério do Turismo por meio de suas políticas, objetiva desenvolver o potencial turístico no Brasil, pautado sobretudo nos ideais de inclusão social e sustentabilidade, administrando o serviço turístico brasileiro de forma a inovar “na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico” (BRASIL, 2014).

Ademais, no planejamento público governamental, a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, por meio de acompanhamento institucional, financeiro e técnico, é

o órgão responsável por garantir a adesão do Estado Brasileiro em programas de desenvolvimento regional de turismo.

Em nível local, Viçosa possui a Universidade Federal de Viçosa (UFV), importante instituição brasileira de ensino, na qual ocorrem atividades de formação profissional, pesquisas nos mais distintos campos do saber e inúmeros eventos de ordem cultural e de lazer.

Não obstante, além de ser uma cidade universitária, Viçosa é também cenário de inúmeras festas, eventos e de um ativo calendário de atrativos. “São realizados 800 eventos por ano, movimentando mais de 420 mil pessoas” (CIRCUITO TURÍSTICO SERRAS DE MINAS, 2014).

Esta realidade, confere ao município potencial de desenvolvimento do turístico em diversas áreas, como por exemplo nas festas que ocorrem em Viçosa, tais quais “Nicoloco”, “Andróide”, “Mais Louco que O Batman”, dentre outras, destinadas sobretudo à juventude aqui residente e a visitantes das mais diversas regiões, os quais, ao se envolverem nas festividades, contribuem para o comércio e para o fortalecimento do turismo local.

Além disso, sejam por iniciativas de grupos oriundos da universidade, ou por meio de grupos da sociedade civil, existem em Viçosa, destinos com potencial para desenvolvimento da atividade turística associados à arte, cultura e experiências criativas, como escola de teatro, ateliês de artesanato e pintura, indústrias de alimentos com espaço para visitação e muitas atividades afins.

Apesar dos eventos e do fluxo de pessoas de outras cidades ocorrerem com frequência em Viçosa há muitas décadas, não existem evidências articuladas e nem de tradição de uma organização do turismo conduzida pelo governo municipal, por meio dos seus órgãos competentes.

Todavia, recentemente observam-se esforços do governo municipal em desenvolver de modo organizado o turismo na cidade, por meio de roteiros. Mas, surgem algumas inquietudes: como conduzir o planejamento público de um roteiro em uma cidade sem tradição na organização do setor turístico? Como definir o foco do roteiro turístico? Quais personalidades e organizações devem participar desta primeira ação governamental para planejar o roteiro turístico? Quais os critérios para se definir os locais ou atrativos que integrarão o roteiro turístico? Como a criatividade pode ser utilizada como possibilidade de desenvolvimento sustentável local para a atividade turística?

Frente a esses questionamentos, observa-se que existem vários elementos a serem considerados em um planejamento público do turismo em uma cidade ao se elaborar um roteiro turístico. Neste sentido, surge como **problema de pesquisa** a seguinte questão norteadora: Quais elementos são considerados relevantes pelo governo municipal no processo de planejamento público de um roteiro turístico no contexto da criatividade de uma cidade sem tradição na organização do setor?

Sendo, pois, o turismo, um instrumento de desenvolvimento local, e, dada a relevância socioeconômica da atividade turística para o município, esta pergunta de pesquisa é relevante porque seus achados podem auxiliar na compreensão dos aspectos que interferem, e que podem ser decisivos, no planejamento do turismo em nível local, principalmente quando não se tem tradição por parte do governo municipal em organizar o turismo como alternativa de desenvolvimento socioeconômico.

Deste modo, antes de serem efetuadas análises ao nível do turismo local na cidade de Viçosa, é importante a compreensão da realidade a partir dos principais conceitos e fundamentos que

permeiam o tema, a fim de se propor um entendimento contextual sobre o assunto, aplicado neste trabalho.

2 TURISMO E PLANEJAMENTO PÚBLICO: DO NACIONAL AO LOCAL

A concepção de turismo adotada no presente trabalho foi aquela definida pela Organização Mundial do Turismo – OMT (1998) presente na produção de Carvalho (2003 p. 17), enquanto “as atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de suas viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros”.

Para se pensar as políticas públicas de turismo, é preciso considerar os agentes envolvidos nessa dinâmica. Agentes públicos e privados, bem como o terceiro setor. Nesse aspecto, as relações de poder entre os mesmos e as relações ambientais que circundam a atuação dos atores sociais devem ser pensadas em um documento político capaz de refletir as potencialidades do ambiente de atuação da gestão pública do turismo (SILVA, 2011).

Corroborando com toda a importância socioeconômica atribuída à atividade turística, o artigo 180 da Constituição Federal Brasileira de 1988, o qual dita que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988). Este respaldo demonstra a preocupação e o reconhecimento do poder público com a promoção do turismo nacional e com o desenvolvimento do setor, a fim de se obter ganhos sociais, culturais e financeiros para a máquina e para a sociedade civil.

O primeiro plano de desenvolvimento do turismo oficial no Brasil foi implementado no governo Collor e teve início com a Lei 8.181, de 28 de março de 1991.

Este plano, acima de tudo, instituiu a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) como tutela do setor de turismo no Brasil, cuja finalidade é apoiar a formulação e coordenar a implementação da política nacional do turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

A EMBRATUR possui dentre outras responsabilidades, a de: propor ao Governo Federal diretrizes, normas e medidas necessárias à execução da Política Nacional de Turismo e executar as decisões que, para esse fim, lhe sejam recomendadas; promover o turismo ao nível nacional e internacional através de ações estratégicas e proposições de parcerias público-privadas; estimular o desenvolvimento e fomentar a otimização da infraestrutura do turismo nacional, dentre outras.

Apesar disso, cabe ressaltar a grande importância que essa iniciativa representou para o país em termos não só de desenvolvimento do setor turístico, mas também do desenvolvimento socioeconômico.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi implantado a partir de 1994 pela EMBRATUR e seguiu até 2002. Este programa foi de importância fundamental para o desenvolvimento, primeiramente das cidades brasileiras que possuem a atividade turística desenvolvida.

Conforme elucidado por Bahl (2003a), a sustentabilidade emerge como premissa fundamental do PNMT, o que leva as entidades competentes a buscarem a consolidação de uma atividade integrada do turismo nos âmbitos econômico, social, cultural e político.

Ademais, o PNMT teve como principal objetivo dar maior autonomia aos municípios na gestão turística, buscando ampliar sua eficiência e eficácia bem como descentralizando as decisões neste setor, de forma participativa. Sendo assim, foram criados os Conselhos Municipais de Turismo, com o intuito de aproximar os agentes envolvidos no setor, tais como representantes do governo, hotelaria, ambientalistas, comércio local e a comunidades de cada município e de conciliar os interesses de tais agentes, tendo como objetivo comum explorar o setor turístico de forma benéfica à economia, desenvolvimento e preservação do patrimônio natural e cultural da região.

Nos últimos 12 anos, a atividade turística brasileira, no âmbito público, tem passado por uma série de transformações e aprimoramentos operacionais e estratégicos. Nessa perspectiva, percebe-se que desde a criação do Ministério do Turismo em 2003, houve uma reestruturação do setor, caracterizada pela integração de entes públicos em nível nacional e, sobretudo, regional, efetivada pela criação da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo e refletindo em uma nova Política Nacional de Turismo (PNT), cuja orientação se volta para as questões sociais, para a sustentabilidade e para o envolvimento e desenvolvimento de grupos locais (PIMENTEL, 2014).

Dessa forma, com uma política relativamente nova e ainda em estado de desenvolvimento (FRATUCCI, 2014; LUCAS, 2014; KNUPP, 2014) percebe-se que no decorrer das políticas de turismo brasileiras, o que se dispõe enquanto ato institucional mais recente, consiste na promulgação da Lei Geral do Turismo, legislação federal de número 11771, de 17 de setembro de 2008, a qual institui dentre as diretrizes da PNT, o desenvolvimento socialmente responsável e a atuação regional da gestão pública do turismo, por meio, inclusive, da descentralização (FRATUCCI, 2014).

A gestão pública do turismo em Minas Gerais, possui caráter inovador no que diz respeito aos seus processos e à sua estrutura. Além disso, as políticas de turismo em Minas Gerais têm sido articuladas por meio dos chamados Circuitos Turísticos (CTs) os quais podem ser considerados como a política pública estadual de integração, aprimoramento e promoção da atividade turística em nível estadual. Este fato ocorre desde a criação, em 1999, da Secretaria de Estado de Turismo, uma organização cuja finalidade é gerir os recursos ambientais e culturais do Estado, a fim de desenvolver a atividade turística mineira; (EMMENDOERFER; SILVA e LIMA, 2014).

A política dos CTs institucionalizada em 2003, foi determinante para a articulação regional das potencialidades locais no que diz respeito às ofertas turísticas coordenadas em atividades econômicas sistematizadas (EMMENDOERFER; SILVA; LIMA, 2014; LUCAS, 2014).

É possível analisar os CTs como uma reunião de municípios com afinidades e identidades locais que se reverberam sobretudo na cultura e em aspectos econômicos, regionais e sociais. A atividade conjunta dessa localidade conforma um quadro de atividade regional com potencialidade para a geração de ofertas dotadas de maior competitividade e valor simbólico (SETTE; VALLE; COUTINHO, 2015)

Ainda na visão dessas autoras, as políticas públicas de turismo em Minas Gerais se destacam no cenário político nacional, uma vez que as formações das instâncias de governança da localidade sejam formadas de baixo para cima, isto é, por meio das informações e da participação ativa dos municípios na conformação do delineamento político em nível regional.

O modelo mineiro de governança das políticas públicas de turismo, possui como premissa basilar, a integração das comunidades, a ativa participação social e a conscientização dos atores

sociais sobre as perspectivas e potencialidades do setor turístico enquanto uma atividade capaz de gerar ativos e desenvolvimento econômico regional (PEREIRA; PIMENTEL, 2014)

Diante das abordagens e delineamentos teóricos realizados, percebe-se que o governo em nível municipal federal e estadual tem o poder e a obrigação de idealizar, viabilizar oportunidades, e subsidiar a atividade turística em sua área de comando. Para isso, deve a administração pública conhecer o seu potencial turístico e elaborar políticas para o fortalecimento do turismo e, principalmente para o desenvolvimento local.

Portanto, em função da amplitude de sua atuação e das múltiplas áreas do saber e da sociedade que incorpora ao seu escopo, o turismo, conforme Bahl (2003b) pode ser entendido como um fenômeno cujas operações atendem ao interesse do poder público dada a relevância de seus resultados e as diversas interconexões que promove em quaisquer âmbitos do território nacional.

3 ROTEIROS E ATRATIVOS TURÍSTICOS NO CONTEXTO DA CRIATIVIDADE

Em nível local, a atividade turística ao ser pensada em termos de produto, precisa de técnicas e instrumentos a fim de torná-la competitiva. Dessa forma, a roteirização como uma ferramenta de gestão pode representar a ampliação do marketing local e a sistematização dos atrativos locais em uma oferta aprimorada, beneficiada e integrada (BENI, 2006).

Dentre as atividades propostas pelo SETUR enquanto ações implementadas no Circuito Turístico, pode-se considerar a Roteirização como uma das diretrizes da estruturação da oferta turística (SILVA, 2011). Dessa forma, a elaboração de roteiros turísticos é uma atividade que requer profundo conhecimento dos atrativos da área que será coberta pela roteirização. Para proposição de eventos, indicações de comércios e serviços, apontamento de opções culturais, naturais e de demais elementos receptivos, os órgãos da administração pública responsáveis pela atividade turística de certa localidade, deverão reunir esforços no sentido de coletar, sistematizar e publicizar de maneira adequada, as opções turísticas que o lugar oferece.

Assim, cada órgão público habilitado a promover o turismo em certa região, fará uso de diferentes elementos e políticas para promover a ampliação do fluxo turístico na área sob sua direção, tais como peças publicitárias e a elaboração dos roteiros turísticos.

Deste modo, Bahl (2003b, p. 142) elucida que “[...] na elaboração de roteiros, estará implícita a necessidade de reunir o maior número de atrativos que os tornem realmente peculiares no âmbito da concorrência”.

Com a apresentação do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, desde 2003, o Ministério do Turismo tem buscado disseminar a construção estruturada de uma gestão sólida e sustentável do turismo brasileiro (SILVA, 2011). Nessa perspectiva, as iniciativas locais de roteirização refletem um modelo político vigente descentralizado, flexível e articulado com vistas à criação de valor para os destinos e ofertas.

Desde 2011, o Ministério da Cultura (MinC) tem induzido, por meio de sua Secretaria de Economia Criativa, fomentar e realizar ações integradas entre os Ministérios e determinadas organizações

públicas para desenvolver a economia criativa no Brasil. Em seu planejamento (BRASIL, 2012) existe a indicação de realizar duas grandes ações em prol do desenvolvimento do turismo criativo no Brasil: 1) Em parceria com o Projeto Economia da Experiência, realizar estudos de competitividade, identificando destinos indutores de desenvolvimento turístico regional; 2) Em convergência com os projetos de Turismo Comunitário e Cidades do Turismo de Experiência, articular e promover a institucionalização de territórios criativos. Que segundo Emmendoerfer e Ashton (2014, 469-470):

[...] um território criativo acumula o capital cultural da população e vive nessa atmosfera cultural criativa promovendo novos arranjos, produzindo novos produtos e gerando novos consumos [que podem ser organizados em forma de roteiros turísticos]. Transformam as preferências pessoais, provocam a valorização da produção e consumo fundados na cultura, ou seja, aquilo que não pode ser copiado – o substrato cultural – componente inerente da sociedade do conhecimento.

Vale ressaltar que Fratucci (2014) aponta que o turismo, enquanto um fenômeno social, pode ser identificado pelas relações interpessoais articuladas entre os atores sociais e pelas experiências que a atividade turística é capaz de construir uma dinâmica sócio espacial estruturada, repleta de anseios, expressões subjetivas e identidades culturais.

A atividade turística, ao evoluir e se aprimorar na sociedade enquanto um fenômeno complexo, passou a relacionar-se de maneira intrínseca com a cultura. Essa relação passou a integrar elementos simbólicos, em uma conformação característica, de modo que a oferta turística pudesse se tornar um elemento dotado de valor e identidade (RICHARDS, 2013).

As novas ofertas turísticas que se fazem presentes no cenário contemporâneo refletem a emergência de uma economia baseada no valor simbólico, cujo potencial abrange as variáveis ambiente e expressões da cultura (MARCHI, 2014). Sendo a criatividade um elemento advindo da capacidade humana de inventar e construir premissas, a relação entre esse elemento e a oferta turística, uma possibilidade de agregação de valor em termos de oferta para o usuário do turismo em nível local.

Diante do quadro da crescente competitividade mundial e da escassez de recursos produtivos, o setor da Economia Criativa vem ganhando destaque e segundo Deheinzelin (2008), vem sendo apontado como o grande motor do desenvolvimento no século XXI e o setor da Economia Criativa já é responsável por 10% do PIB mundial. A UNCTAD (2008) divulgou que entre 2000 e 2005 os produtos e serviços criativos mundiais cresceram a uma taxa média anual de 8,7%, o que significa duas vezes mais do que manufaturas e quatro vezes mais do que a indústria. Segundo o Ministério da Cultura, no Brasil o setor movimenta cerca de R\$ 381,300 bilhões, representando 16,1% PIB nacional, e em Minas Gerais, estima-se que o setor movimenta R\$ 6 bilhões, representando 2% PIB deste estado (BRASIL, 2012).

Diante disso, a roteirização turística no contexto da economia criativa é reiterado também pela necessidade dos habitantes e de gestores de organizações públicas e privadas em compreenderem como criar e desenvolver territórios criativos em suas cidades, que já possuem na sua história, traços e atividades produtivas associadas à criatividade, que podem congregam organizações de setores produtivos afins, como é representado na Figura 1.

Todos esses setores estão inclusos nos campos da economia criativa acima indicados porque em suas práticas, os indivíduos em suas ocupações possuem a criatividade como base do processo produtivo de seus serviços que são imbricados de dimensão simbólica, cujo valor é agregado pelos consumidores, ao contrário de outras formas de negócios no mercado que embutem em seus produtos, elementos chave como preferências, estilos de vida, status, padrões de consumo, e outras. Assim, os bens e serviços advindos de setores produtivos da economia criativa não são valorizados pela sua utilidade prática, por sua materialidade, como os bens produzidos pelas indústrias e organizações tradicionais, mas sim pela interpretação subjetiva de um significado por parte do consumidor em territórios distintos (EMMENDOERFER; ASHTON, 2014).

Neste sentido, a economia criativa vem se mostrando extremamente estratégica para o desenvolvimento sustentável, pois atua simultaneamente nas dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Ainda é um setor onde os recursos se renovam e multiplicam com o uso, sendo portanto, uma atividade de forte desempenho econômico, mas também de interação social e que fortalece os valores, diferenciais e a credibilidade de comunidades e empresas em nível local, micro e mesorregional.

Na preparação de destinos para a operação das atividades turísticas, os integrantes do turismo local devem conceber que o turista projeta expectativas sobre a viagem e espera encontrar elementos que satisfaçam seus desejos e anseios sobre a localidade sendo visitada (FERREIRA; AGUIAR; PINTO, 2012). Dessa forma, a experiência constitui o núcleo central da relação entre ofertante e demandante da atividade turística. Ainda na perspectiva dessas autoras, observa-se um fortalecimento dos destinos turísticos, o que acarreta em fatores de desenvolvimento local, como aprimoramento das atividades comerciais, melhorias em condições de salubridade coletiva e urbanismo, integração de patrimônios históricos e culturais, valorização do ambiente natural, da ecologia e atividades afins. Estas características exigem dos gestores dos destinos turísticos criatividade constante, para a manutenção das ofertas.

3 MÉTODOS DE PESQUISA

Para atingir o objetivo desta pesquisa cuja abordagem é qualitativa, adotou-se o método descritivo, a fim de conhecer os elementos considerados importantes no processo de planejamento público conduzido pelo governo municipal para elaboração do primeiro roteiro turístico na cidade de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Em um primeiro momento, os envolvidos com o trabalho passaram por uma etapa de análise bibliográfica, coletando dados secundários que subsidiassem as investigações a serem realizadas e desenvolvessem uma consciência em relação ao delineamento temático proposto.

Foi utilizada entrevista, com roteiro semiestruturado, realizada com a representante do governo municipal, responsável pelo setor turístico da cidade, sendo composta por 20 perguntas. Tal entrevista versou sobre temas que vão desde os objetivos turísticos da gestão pública municipal, as principais

políticas públicas implementadas na gestão relacionadas ao turismo e à cultura, informações-chaves sobre a elaboração do primeiro roteiro turístico de Viçosa e a relação do mapeamento dos destinos turísticos com atividades culturais, artísticas e criativas. A entrevista foi dividida em dois encontros com duração em média de 30 minutos, cuja transcrição total levou 11 horas, gerando um texto de 3.324 palavras.

Além disso, fora realizada uma investigação documental, acessando documentos públicos (quais leis), plano municipal, projeto para ICMS turístico, materiais de promoção turística; projeto do roteiro turístico e atas de reunião. Assim, como observações na visita aos atrativos e ao próprio roteiro em si.

Com base nos dados coletados por meio das entrevistas, documentos e anotações das observações de campo, foi possível organizar o conteúdo, buscando expor as etapas do processo de planejamento público do roteiro turístico. Nessas etapas, foram identificados os elementos que foram mais reforçados ou destacados como sendo importantes para o governo municipal neste planejamento público.

4 O ESTUDO DA CIDADE SEM TRADIÇÃO NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA DO SETOR TURÍSTICO

A cidade estudada está localizada em Minas Gerais, que é um estado localizado na região sudeste do Brasil e é o quarto maior estado em área territorial e o segundo em quantidade de habitantes. Seu território é subdividido em 853 municípios, sendo que mais de 95% destes possuem menos de cem mil habitantes. Viçosa é um destes municípios do interior de Minas Gerais com uma população de 76.147 habitantes (IBGE, 2010).

Viçosa encontra-se na região da Zona da Mata, indicada com o número 12 no mapa da Figura 1, do Estado de Minas Gerais, uma de suas doze mesorregiões, que abrange 142 municípios agrupados em sete microrregiões, cujos nomes são homônimos aos das cidades de referência: Viçosa (em vermelho), Ponte Nova, Ubá, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé e Cataguases.

A Zona da Mata Mineira é um território que se situa na porção sudeste do estado, próxima à divisa dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. A região engloba cidades que segundo a tipologia da PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional) do Ministério da Integração do Brasil estão estagnadas e são de baixa renda, possuindo uma imensa diversidade. Somado a isso, de 1999 a 2008, revelou a segunda pior taxa de crescimento entre as 12 mesorregiões do Estado de Minas Gerais.

Por meio dos dados coletados, foi possível auferir conhecimentos relativos à maneira como o turismo vem sendo planejado e conduzido pela administração pública em nível municipal. Na cidade de Viçosa, a responsabilidade pela gestão pública das atividades turísticas é do Departamento de Turismo (DETUR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura desta cidade.

É o DETUR que é responsável pela execução da Política Municipal de Turismo (PMT) em Viçosa, a qual é deliberada pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. O PMT de Viçosa foi instituído

através do art. 2 da lei municipal nº 2088/10. Observa-se que o município não se envolveu com o PNMT na década de 90 e mesmo com os esforços da política de regionalização do turístico (PRT) em Minas Gerais desde 2003, por meio dos Circuitos Turísticos, os gestores municipais despertaram-se para o turismo como um potencial dinamizador da economia local somente no ano de 2010, na última gestão municipal (2009-2012).

A pessoa entrevistada retratou o bom funcionamento do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) no período de 2013 e 2014, ressaltando o caráter inédito desta realidade, a qual não ocorria há anos. Nesta perspectiva, atualmente, todas as reuniões possuem quórum regimental, os conselheiros frequentam as assembleias, o regimento interno fora alterado e as operações seguem um padrão de normalidade.

Em relação à estrutura organizacional do DETUR, apenas uma funcionária possui cargo de confiança indicada pelo prefeito da cidade. Há também dois estagiários. A chefe deste departamento relatou que desde o início da gestão municipal (2013-2016), vem solicitando um funcionário de carreira e com formação em turismo, a fim de que os trabalhos e a memórias que estão se consolidando no DETUR possam ser preservados, todavia, que a prefeitura ainda não conseguiu um funcionário com condições mínimas de exercer as funções concernentes ao cargo.

Essas questões administrativas e burocráticas refletem-se diretamente no desempenho da atividade da gestão pública do turismo de Viçosa MG, uma vez que, se houvessem mais funcionários, e um plano de carreira para o gestor municipal do turismo, as ações implementadas teriam um cunho mais estratégico e contínuo. Em seu relato, a gestora reclama da carência de conhecimentos documentados de gestões anteriores, ressaltando o quão prejudicial é a ausência de um mapeamento dos processos e ações do DETUR para o desenvolvendo de políticas públicas de turismo em nível municipal.

Quando indagada sobre os objetivos da gestão atual em relação ao turismo, percebe-se pela fala da entrevistada, que o DETUR tem preocupação primária em apurar o potencial turístico de Viçosa.

Pela argumentação e pela entonação da pessoa entrevistada, pôde-se perceber o interesse da mesma em apresentar os trabalhos de seu departamento, bem como seu interesse recorrente em trabalhar e gerar resultados. Em um trecho da entrevista, ressalta-se:

A gente tem que conhecer o que Viçosa oferece, depois de conhecer o que Viçosa oferece nós temos de organizar essa oferta e depois do organizar, capacitar essa oferta e aí divulgar. Como a gente não consegue ficar parado, a gente fez duas coisas ao mesmo tempo, que foi fazer esse levantamento e lançamos um roteiro na Viçosa. Tudo organizado com... Com placa, sinalização, folder, treinamento para as pessoas que vão receber. E a gente tá na parte mais difícil que é agora é divulgar e fazer funcionar o roteiro. Então a gente imagina que um ano, dois anos a gente consiga isso. O trabalho é não parar, porque política tem disso... (Departamento de Turismo de Viçosa).

Desde o início de sua fala, a entrevistada demonstrou interesse em concentrar os dados concernentes ao acervo turístico de Viçosa em informações fidedignas para utilizá-las de maneira eficiente nas tomadas de decisão e projetos futuros.

Quanto à relação entre a Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico e Esportes com as ações de cunho turístico na cidade de Viçosa, foi possível constatar, que a esta secretaria tem poder maior do que o DETUR, mas este está em um ritmo de atividade muito mais dinâmico que aquela.

Pode-se auferir pelos depoimentos, que de maneira paralela à política municipal de roteirização, constitui um interesse da gestão do DETUR, sistematizar um sistema integrado de mapeamento do comércio e de empresas que possam ser favoráveis ao desenvolvimento da atividade turística como restaurantes, empresas de transporte, empresas de serviços e afins.

Vale comentar que o primeiro Plano de Desenvolvimento Turístico de Viçosa, foi idealizado e esboçado nos anos de 2011 e 2012, mas foi efetivamente elaborado em 2013 com um horizonte de ação para 2 anos (apesar de contemplar os 4 anos do mandato da atual gestão municipal), possuindo várias metas, para ter acesso a recursos financeiros do governo estadual de Minas Gerais por meio da política do ICMS Turístico (Cf. SOARES; EMMENDOERFER; MONTEIRO; BORGES, 2012).

A gestora entrevistada ressalta também a vantagem concedida ao DETUR, em que Viçosa é a única cidade da região, onde o chefe de departamento tem a liberdade de gerir o recurso do ICMS turístico, com a devida aprovação do (COMTUR). De acordo com a entrevistada: “não acontece isso na região: Os prefeitos recebem isso na conta geral do Município, inclusive o ICMS e não repassam para a conta do turismo. Nós recebemos mensalmente repasses na nossa conta”.

Dentre as metas do Plano de Desenvolvimento Turístico de Viçosa (2013-2016), pode-se destacar em virtude do interesse desta pesquisa a seguinte meta: Organizar os atrativos, equipamentos e serviços turísticos do município, para formatação de roteiros turísticos devidamente qualificados. Esta qualificação visava ir além dos atrativos já previstos pela Política Municipal de Turismo instituída em 2010, que não incluía uma região autêntica e culturalmente peculiar de Viçosa, o bairro da Violeira.

5 O PRIMEIRO ROTEIRO TURÍSTICO DA CIDADE DE VIÇOSA: VIOLEIRA

Em 2013, em uma das reuniões do COMTUR de Viçosa, foi proposto por um dos membros desse conselho, no caso, o representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) em Viçosa, sugeriu com base na experiência desta organização na microrregião de Viçosa, e considerando a vocação rural da cidade, que fosse criado um roteiro turístico em um local que conjugasse infraestrutura de acesso, organizações que pudessem se tornar atrativos turísticos e o ambiente rural. Assim, o COMTUR definiu o bairro da Violeira para ser o primeiro território a receber um roteiro turístico na cidade de Viçosa, que iria congregiar atividades artísticas e culturais.

Ao ser indagada sobre a elaboração do roteiro turístico e o motivo de escolha do bairro Violeira, a responsável pelo DETUR esclareceu que:

Nós temos por lá duas Agroindústrias, uma já antiga e a outra recente. Uma produz os produtos sem glúten e a outra, pão de diversas formas. Temos lá também, uma casa de espetáculo e duas galerias

de arte, as duas consideradas de primeiro mundo. Então a gente identificou essas, né? Esse potencial e colocamos no papel. Daí tivemos várias reuniões, vários ensaios com convidados para poder ir. [...] Então foi muito tranquilo e as pessoas sentiram que o que mais a gente quer, é que as pessoas sintam bem onde elas estão. - É na zona rural? Que se sintam bem e não tenham que vir para cidade para ter de trabalhar. A gente já conseguiu, esse sentimento. (Departamento de Turismo).

Pela análise dos dados coletados, pôde-se observar que a escolha do Bairro Violeira, como espaço do primeiro roteiro turístico, deu-se pela concentração de pontos que podem ser explorados, como potencialidades turísticas e pela necessidade de se destinar atenção a este bairro, pouco cotado nas atenções de visitantes.

Percebeu-se também que a maior dificuldade na articulação deste roteiro, é fazer as pessoas se movimentarem no circuito e desenvolver nestes agentes, a consciência de que Viçosa tem atrativos turísticos, prontos para visitação e devidamente sistematizados em um roteiro estruturado, fruto de uma a o de desenvolvimento turístico, empreendida pelo poder público municipal.

Após esse processo, o DETUR produziu o Roteiro Turístico do Bairro Violeira, produto desta primeira a o da gestão pública do turismo em Viçosa, sendo pois este roteiro turístico, o primeiro de uma série de roteiros, planejados pela prefeitura municipal de Viçosa.

Ademais, pode-se conceber o primeiro roteiro turístico de Viçosa, como um produto da a o conjunta do DETUR, do COMTUR e dos agentes sociais envolvidos com o turismo, de modo a oportunizar um crescimento do setor no município de Viçosa. Segundo Ferreira (2014) muitos habitantes do bairro Violeira não foram consultados sobre esta iniciativa de roteiriza o, mas não acharam ruim a sua existência, mas sim a falta de comunica o entre a atual gestão da prefeitura e os habitantes deste bairro.

Durante o planejamento, conforme verificado pela pesquisa, foram realizadas inúmeras reuniões formais e informais com os envolvidos na roteiriza o, além de ensaios, simula es e avalia es do roteiro finalizado.

Houve a participa o de populares nos primeiros ensaios, emergindo assim, mais uma consequência desta política de roteiriza o, que no contexto desta análise seria a intera o social e o aproveitamento das riquezas locais por agentes locais.

Lançando-se uma análise sobre a falta de tradi o na atividade turística, pode-se inferir pelos depoimentos coletados e resultados observados da roteiriza o, que a falta de tradi o no setor, foi tratada como uma oportunidade de se empreender novas formas de utiliza o do potencial turístico e como uma maneira de o governo municipal no que tange ao turismo, otimizar a utiliza o de seus recursos em políticas e a es estratégicas que tanto promovam o desenvolvimento local como assegurem a legitima o dessas regiões.

Essa promo o   capaz de construir uma nova realidade, em que os pontos turísticos de cada roteiro sejam valorizados e publicizados, elevando assim o arcabouço de localidades turísticas.

Através das investiga es, constatou-se que as políticas implementadas, visaram sobretudo desenvolvimento local e empoderamento dos agentes promotores do Turismo da Cidade, emergindo assim, redes interinstitucionais e a gera o de novos contatos e parcerias. Ou seja, o DETUR interligou os órgãos municipais que podiam contribuir para o turismo local, e aquelas pessoas isoladas que ofereciam algum tipo de turismo.

Outra política implementada pelo DETUR, foi a alocação como guia de turismo, de três participantes do Programa Municipal da Terceira Idade, e o devido treinamento destes agentes sociais para o exercício das atividades. Esta ação enquadra-se como uma política de assistência ao idoso, e de inclusão social, emergindo-se assim, mais um efeito das políticas públicas de turismo, que são os benefícios sociais e empoderamento de agentes sociais que tais políticas possibilitam desenvolver.

Dentre os atrativos do Roteiro, encontram-se espaços destinados a experiências e à arte. Observa-se que essa política integrou agentes que poderiam contribuir para atividade turística e os enquadrou em um sistema de articulação em rede, de modo que a adesão de cada um dos pontos do itinerário ao roteiro, representa uma troca de valor agregado: Ao mesmo tempo em que os agentes individuais se beneficiam das visitas que a atividade roteirizada sistemática traz, cada um deles enriquece o roteiro ampliando o portfólio de atrativos do mesmo. Observa-se no Quadro 1 que o conjunto de atrativos existentes estão pautados na diversidade dos campos da economia criativa, já apresentadas na Figura 1.

Atrativos	Descrição	Campo da Economia Criativa
Atelier Oswaldo Santana	Espaço para oficina de arte, exposições, comercialização de obras e como estúdio de ilustração e design gráfico	Criações Culturais e Funcionais
Casa da Mãe Jeane	Espaço de arte e cultura, exibição de vídeo arte, espaço Gourmet, curso de teatro, música e práticas corporais	Artes do Espetáculo e Audiovisual
Atelier Elaine Fontes	Exposição e comercialização de pinturas e artes plásticas	Expressões culturais
Agroindústrias e espaços de arte	Exposição do potencial patrimonial e histórico de Viçosa	Patrimônio
Boa Gula	Fabricação e degustação de alimentos sem glúten	Criações Culturais e Funcionais
Panificadora comunitária	Empreendimento aberto por iniciativa por grupo de mulheres que desempenhavam a atividade individualmente	Criações Culturais e Funcionais

Quadro 1 - Atrativos turísticos no contexto da criatividade do Roteiro da Violeira

Fonte: Viçosa (2014)

Apesar devidamente sinalizado o circuito, com placas informativas e com indicação adequada sobre a localização do destino (Cf. FERREIRA, 2014), observaram-se alguns problemas estruturais relacionados ao roteiro. Dos seis destinos compositores do roteiro, apenas dois receberam a equipe de pesquisadores envolvida neste trabalho. Os atores sociais responsáveis pelos espaços, expuseram

a situação em que se encontravam, chegando a informarem que não sabiam mais se o poder público municipal ainda estava envolvido com o a política de roteirização. Este elemento sinalizou uma falha na implementação da política, demandando determinados mecanismos de controle por parte da administração pública, como por exemplo, atualizações constantes sobre a permanência da iniciativa.

Ademais, a vivência em dois dos destinos, sendo pois a Indústria Boa Gula e o Atelier Oswaldo Santana, proporcionaram aos pesquisadores uma experiência subjetiva integradora, pondo-os em contato com o processo criativo dos alimentos artesanais e expondo arte e pintura para os envolvidos, em um ambiente agradável e capaz de proporcionar a experimentação criativa, atrelada à prática turística.

Sobre o processo de criação, planejamento e organização do Roteiro da Violeira, investigando-se as políticas públicas de turismo implementadas na cidade, verificou-se que a roteirização neste bairro foi uma estratégia governamental que objetivou otimizar a circulação de visitantes em localidades potencialmente turísticas do município, bem como unificar sob uma rede de contatos, os agentes do turismo municipal, os quais antes não se conheciam. Este fato resultou no desenvolvimento do turismo municipal e fomentou novas perspectivas de emprego, comércio e renda.

Além disso, com uma efetiva comunicação entre os agentes envolvidos no turismo, o setor ganha dinamismo e fortalecimento conjunto, reverberando em conquistas sociais para a comunidade, como novas alternativas de lazer e melhorias em infraestrutura na região a ser palco da visita de turistas.

Consolidam os impactos positivos desta ação governamental, a preocupação da atual gestão do DETUR em capacitar os agentes envolvidos com os roteiros, desde os profissionais de transporte, os quais conduzirão os turistas pelo itinerário dos atrativos, até os proprietários de galerias e museus de arte e proprietários de agroindústrias e panificadoras artesanais.

Estes resultados representam, pois, desenvolvimento social, capacitação e profissionalização de agentes sociais e aproveitamento dos atrativos potencialmente turísticos que a cidade tem a oferecer. Com o devido amadurecimento em práticas de gestão e controle político, essa iniciativa apresenta-se com uma alternativa útil e estruturadora para o turismo dessa cidade estudada,

6 CONCLUSÕES

A partir deste trabalho, conclui-se uma análise do panorama atual do planejamento público do turismo em Viçosa, atividade esta, que conforme se verificou na pesquisa, apesar de trazer divisas e circulação de pessoas e recursos para a cidade, ainda se apresenta pouco organizada e com ações de curto alcance e sem grande visibilidade.

Todavia, a atual gestão do ente municipal responsável pelo turismo, tem tentado reverter esta realidade, através de políticas de reconhecimento e publicidade do que Viçosa tem a oferecer em termos de atrativos turísticos no contexto da criatividade.

Essa iniciativa, procura integrar setores da economia tido como criativos e os integra em um espaço sinalizado, com respeito à natureza e com os devidos mecanismos para execução plena da

política. Assim, o roteiro turístico da Viôleira revela uma situação empírica, embora incipiente de conjugação de elementos essenciais para o desenvolvimento de um turismo criativo, que são: bens e serviços culturais nos campos da economia criativa, autenticidade, diversidade e sustentabilidade ambiental.

Assim como descrito pela DETUR, o turismo não é prioridade da prefeitura municipal, todavia apresenta-se nesta gestão como um destaque por seus ganhos e realizações. Nesta perspectiva, a situação do turismo municipal é favorável, porém com pouca tradição e especialização na atividade turística.

No entanto, a atividade turística vem ganhando destaque no cenário público municipal. Com apoio das instâncias superiores da administração pública municipal e autonomia na implantação de ações, o Conselho Municipal, que tem se mostrado produtivo e atuante, e o DETUR podem identificar e aproveitar as oportunidades de se utilizar do potencial turístico e cultura de Viçosa.

Entre as principais ameaças encontradas ao desenvolvimento pleno da roteirização, que é a principal política de turismo implementada na cidade, notam-se a baixa visibilidade do projeto, diante da ótica de seu público alvo.

As limitações dessa pesquisa consistem no restrito número de visitas ao Departamento Municipal de Turismo, visto que no período de análise, eventualmente a gestora deste órgão encontrava-se afastada de suas atividades por motivos pessoais. Soma-se a isso, a dificuldade de se encontrar nos registros municipais conteúdo estruturado e memória acerca do turismo da cidade estudada.

REFERÊNCIAS

BAHL, Miguel. **Perspectivas do turismo na sociedade pós-industrial**. São Paulo, Rocca, 2003a.

BAHL, Miguel. **Turismo: enfoques teóricos e práticos**. Rocca: São Paulo, 2003b.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros. Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002. Lisboa, Portugal. **Anais...** Lisboa: CLAD, 2012. p.1-25. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044545.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

BENI, Mario C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Missão**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/missao> Acesso em: 7 abr. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Artigo 180**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br /ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 10 abr. 2015.

CIRCUITO TURÍSTICO SERRAS DE MINAS. **Municípios em 2014**. Viçosa. Disponível em: <<http://www.serrasdeminas.org.br/institucional.php?inst=126>> Acesso em: 7 abr. 2015.

CARVALHO, Alan Francisco. Políticas públicas de turismo no Brasil. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 3, n.1, p. 97-109, jan./dez. 2000.

DANTAS, Nathallye Galvão; MELO, Rodrigo Sousa. Análise da metodologia de hierarquização de atrativos turísticos como instrumento para elaboração de roteiros turísticos no município de Itabaiana (PB). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 1, p. 147-163, abr. 2011.

DEHEINZELIN, Lala. **Economia criativa e desenvolvimento**: desafios e oportunidades. Entusiasmo Cultural. 2008. Online. Disponível em < . Acesso em: 25 jul. 2012.

EMMENDOERFER, Luana. Política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. **Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, pp. 221-240, ago. 2008.

EMMENDOERFER, M. L.; SILVA, F. C.; LIMA, A. A. T. de F. C.. Inovação social na gestão pública do turismo: uma análise dos circuitos turísticos em Minas Gerais. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão pública do turismo no Brasil**: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014, p. 463-486.

EMMENDOERFER, M. L.; ASHTON, M. S. Territórios Criativos e suas Relações com o Turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. 4, n. 21/22, p. 459-468, 2014. Disponível em: <<https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=34915>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

FERREIRA, Jaqueline R. **Roteiro Turístico da Violeira**: da Intervenção do Poder Público Local à Percepção dos moradores do bairro. 2014. 63 p. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa MG, 2014. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2014/07/Jaqueline-Rodrigues-Ferreira.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. 2015.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edgar Luis. **Gestão pública do turismo no Brasil**: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014, pp. 39-64.

FERREIRA, Luís; AGUIAR, Lídia; PINTO, Jorge Ricardo. Turismo cultural, itinerários turísticos e impactos nos destinos. **Revista Cultur**, v. 6, n. 2, p. 109-126, jun.2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Minas Gerais – Viçosa. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317130>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

LUCAS, Fuini Labigalini. Circuitos turísticos no Brasil: governança e políticas públicas. **Revista Geográfica Venezuelana**, v. 55, n. 1, p. 45-67, ene./jun. 2014.

MARCHI, Leonardo de. Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Comunicação**. São Paulo, v. 37, n. 1, p. 193-215, jun. 2014 .

MINAS GERAIS. **Zona da mata**. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

MORGAN, Michael; ELBE, Jörgen; ESTEBAN CURIEL, Javier. Has the experience economy arrived? The views of destination managers in three visitor-dependent areas. **International Journal of Tourism Research**, v. 11, n. 2, p. 201-216, 2009.

PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília. **Turismo de Experiência**. São Paulo: SENAC, 2010.

PEREIRA, Denise Oli; PIMENTEL, Mariana Chaves Pereira. Elaboração da Política de Estado de Turismo de Minas Gerais: contexto e influências. **Revista do V Simpósio de Pesquisa e Inovação/IV Seminário de Iniciação Científica do IF Sudeste MG-Câmpus Barbacena**, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.ojs.barbacena.ifsudestemg.edu.br/index.php/SPV/article/view/38/25>> Acesso em: 9 abr. 2015.

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves. A dimensão institucional das políticas públicas de Turismo no Brasil. In: PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edgar Luis. **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014, p. 15-38.

RICHARDS, Greg. Turismo Cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, Patrícia; CRUZ, Gustavo. **Turismo cultural—estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus, BA: Edits, editora da Universidade de Santa Cruz, 2009, p. 25-48.

RICHARDS, Greg. Creativity and tourism: the state of the art. **Annals of tourism research**, v. 38, n. 4, p. 1225-1253, 2011.

RICHARDS, Greg. Tourism development trajectories: From culture to creativity. In: SMITH, Melanie; RICHARDS, Greg. **The Routledge handbook of cultural tourism**. Routledge, 2012, p. 297-303.

RODRIGUES GONÇALVES, Alexandra. As comunidades criativas, o turismo e a cultura. **Dos Algarves: Revista da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve**, v. 1, n. 17 p. 11-18, jan. 2008.

SETTE, Isabela Rosa; VALLE, Maria Izabel Marques do; COUTINHO, Marcela Pimenta Campos. O Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma abordagem da política pública estadual de turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 25, n. 3, p. 608-627, dez. 2014.

SILVA, Fernanda Cristina da. **Análise da política de circuitos turísticos de Minas Gerais a partir da perspectiva de *policy cycle* (ciclo político)**. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa MG, 2011.

SOARES, Érica B. S.; EMMENDOERFER, Magnus L.; MONTEIRO, L. P.; BORGES, Alice. R. Icms Turístico e Conselhos Municipais de Turismo: Um Estímulo à Participação Social em Prol do Desenvolvimento Turístico em Destinos Indutores de Minas Gerais?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 17, n. 61. p. 303-321, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/download/4781/5744>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

UNCTAD – United Nation Conference on Trade and Development. Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy towards informed policy-making. 2008. Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=9750&intItemID=4494&lang=1&mode=downloads>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

VIÇOSA. **Lei 2.088**. Define a Política Municipal de Turismo e dispõe sobre áreas especiais e locais de interesse turístico e dá outras providências. Viçosa, 2010. Disponível em: <<http://www.vicosamg.br/legislacao/leis-municipais/2010/LEI%20No%202.088-2010.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

VIÇOSA. **Turismo. Roteiro da Violeira**. Viçosa, 2014. Disponível em: <<http://www.vicosamg.gov.br/arquivos/roteiros/violeira>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

Recebido em: 10 de março
Aceito em: 14 de abril